

Estar no mapa, estar no mundo

Clarice de Assis Libânio¹

Ao nos voltarmos para o tema do papel e da importância da informação na sociedade contemporânea, pensamos imediatamente nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos que encurtaram as distâncias e os tempos, especialmente no último século. Na era das redes, das trocas mercantis em escala planetária, dos fluxos mundiais de informações e mesmo de pessoas, encontrar seu lugar no globo pode ser uma tarefa difícil, quase impossível.

Entretanto, para além de repetir o chavão de que “informação é poder!”, gostaria de dar um passo atrás e dizer que informação é identidade, memória, história e reconhecimento. Esta afirmação está baseada em minha prática, nesses 30 anos trabalhando nas favelas de Belo Horizonte.

E é a história das favelas de BH que eu evoco para confirmar esta afirmação. Isto porque até os anos de 1980 os mapas de Belo Horizonte não traziam as favelas; em seu lugar estavam espaços vazios, manchas em branco, sem arruamento, sem endereço. Foi nos primeiros anos daquela década que as favelas foram desenhadas no mapa, seus moradores conseguiram um endereço e, com isso, avançaram um passo rumo ao reconhecimento, ao direito à existência, à visibilidade e, assim, a pleitear melhorias, a ter direitos.

Essa experiência me levou a pensar que ESTAR NO MAPA É ESTAR NO MUNDO. Isto é, estar visível é ter direitos, e isso não é pouco. Recentemente vimos esta afirmação também no filme *Bacurau*, a partir do qual se pode pensar que a simbologia de se retirar uma comunidade do mapa passa a significar muito mais, uma ameaça concreta de eliminação e de silenciamento.

¹ Antropóloga, mestre em Sociologia, doutora e pós-doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). claricelibanio@gmail.com

Foi buscando contribuir para a visibilidade e reconhecimento das comunidades de Belo Horizonte – bem como de sua produção cultural – que lançamos o *Guia Cultural de Vilas e Favelas* (LIBÂNIO, 2004), nascido depois de dois anos de pesquisa em campo, nas 232 favelas que existiam até então na cidade. Este foi um novo reconhecimento – um novo jeito de estar no mapa – agora através das manifestações culturais, ricas, diversas e potentes, pujantes nas periferias da cidade. Foram mais de sete mil pessoas cadastradas naquela época, gente que fazia cultura na raça, na tora e sem visibilidade.

O *Guia* se inspirou no Censo Cultural de Minas Gerais, que havia sido lançado em 1994 pela Secretaria de Estado da Cultura, e buscou levantar nas favelas as mesmas atividades e categorias artísticas do Censo, para fins de comparabilidade e complementação das informações.

Por muitos anos o *Guia* foi inédito, o único no país, exemplo para outros que se seguiram, referência para os moradores das favelas, mas também para gestores públicos e privados, para a imprensa, para a academia, enfim, um suporte muito importante para várias políticas públicas. A partir dos dados levantados nas comunidades, fundamos a associação Favela é Isso Aí, a qual coordenei por 15 anos, até maio deste ano de 2019, quando assumi a tarefa de contribuir na Diretoria de Promoção do Iepha/MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais).

Aliás, no próprio Iepha temos trabalhado para conseguir sistematizar e produzir informações e indicadores a partir dos dados recebidos dos cerca de 804 municípios mineiros que têm participado do Programa do ICMS Patrimônio Cultural e nos enviam anualmente mais de três mil pastas de documentos a respeito das ações de proteção, conservação e promoção dos bens culturais presentes em seus territórios.

No caso do Favela é Isso Aí, desde sua fundação vem reforçando o papel da informação para a ação nas comunidades, e por isso criou toda uma linha editorial para manter as pesquisas e a difusão do conhecimento produzido, em conexão com a academia, com os poderes públicos e com as comunidades.

Voltando ao tema em pauta, temos que nos perguntar que sociedade é esta? Quais suas características e desafios? Tema muito complexo e que daria um seminário inteiro; eu gostaria de trazer dois olhares apenas sobre esta temática.

Em primeiro lugar, a perspectiva colocada pelo geógrafo americano Edward Soja (2008), que falava que estamos vivendo a quarta revolução urbana. Vivemos, portanto em uma pós-metrópole, que tem características específicas, entre elas: i) a presença de novas formas de produção, flexível e baseada em uma divisão internacional do trabalho, uma economia pós-fordista e baseada no conhecimento; ii) a integração global dos fluxos, dos capitais, da economia, das culturas e das próprias cidades, conectadas através das TCI's, e que acaba por formar uma “Cosmópolis” – cidade mundial; iii) um tecido urbano que explode pelo território, formando as periferias e processos de segregação e guetificação, culminando naquilo que ele chama “Exópolis”; e, como consequência das três características anteriores, iv) a presença da insegurança, a “ecologia do medo”, o medo do outro que gera a “cidade fortaleza”, a “cidade carceral”, onde muros e cercas buscam garantir o isolamento das classes abastadas e a segurança; v) a convivência de diversos grupos sociais em um mesmo território, num mosaico social que, por um lado, é positivo por sua diversidade e, por outro, é negativo por sua desigualdade, naquilo que o autor chama “Cidade Fractal”; e, por fim, vi) a premência da imagem e da representação sobre a vivência, a vida real, a construção de simulacros de cidade, do marketing e da cidade espetáculo, da cidade virtual, que ele chama “SimCities”, uma forma diferente e mais sutil de regulação social e espacial, através da manipulação das consciências para manter a ordem.

Numa linha complementar, Giles Lipovetsky (2011) diz que vivemos em uma era de desorientação cultural, onde as referências coletivas se evaporaram e os grandes sistemas ideológicos foram derrocados, gerando desencantamento e incerteza. Para este autor, o desnorteio nasce não da carência, mas, ao contrário, do excesso, do hiper. Ele cita quatro características da contemporaneidade, que são o hipercapitalismo, a hipertecnização, o hiperindividualismo e o hiperconsumo.

Mais do que falar sobre o papel da informação nessa sociedade (que também já é a sociedade da hiperinformação), gostaria de focar na importância e nos papéis da cultura nesse cenário. Tenho discutido nos últimos anos (LIBÂNIO, 2017) que as práticas culturais cumprem papéis diversos na sociedade contemporânea, especialmente nas periferias. Estes papéis passam: i) pelo âmbito pessoal – onde as práticas culturais contribuem para o empoderamento, o autorreconhecimento, a autoestima, a formação de capital cultural – sendo a cultura apropriada como um recurso, nos termos propostos por

Yúdice (2004); ii) por um âmbito social ampliado – onde a participação em práticas e movimentos culturais gera conexões, sociabilidade e capital social aos indivíduos – sendo a cultura aqui entendida como ponte entre grupos sociais distintos; iii) pelo âmbito político, da micropolítica – onde o envolvimento nas práticas culturais contribui para outra visão da cidade, da cidadania e das possibilidades de transformação da realidade a partir da ação coletiva – trazendo assim o papel da cultura como ação.

A partir destas possibilidades, é preciso falar dos suportes, ou seja, de como as políticas públicas, por exemplo, podem contribuir, podem dinamizar, podem apoiar e fazer que se efetivem estes papéis das culturas nas sociedades contemporâneas, especialmente frente à necessidade de garantir a isonomia de acesso das populações aos direitos culturais. Para tal, faz-se fundamental olhar para os desafios das políticas culturais nesse cenário, alguns dos quais vêm sendo enfrentados através de tentativas várias, no âmbito do poder público, ainda que em sua maioria incipientes e sem continuidade.

O primeiro desafio diz respeito à própria legitimação da cultura e sua constituição como política pública. Isto porque, até os dias atuais, infelizmente, a área da cultura continua muitas vezes a ser vista como acessória no conjunto das políticas governamentais, qualquer que seja a instância administrativa. A própria inclusão da cultura como um pilar do desenvolvimento é um debate longo, mesmo em âmbito internacional, e ainda não superado.

Também falta assegurar os direitos culturais aos cidadãos, especialmente a garantia do direito à identidade cultural e à participação na vida cultural, englobando os campos da criação, do acesso, da difusão, mas também da tomada de decisões. Em paralelo, falta ainda a universalização da oferta e garantir a democratização do acesso, a descentralização das ações e a inclusão das populações nas políticas culturais.

A continuidade e a permanência das ações são também desafios de grande monta, uma vez que a democratização do acesso à cultura só se faz – ou se consolida – em longo prazo, no espaço de pelo menos duas ou três gerações. Ou seja, o capital cultural requer tempo para ser apreendido e acumulado e também depende da bagagem cultural herdada dos pais. Num país em que a cada gestão governamental se mudam as prioridades e se descontinham as ações, ainda não estão superados os desafios de continuidade. Na mesma

linha, o financiamento continuado ainda é um gargalo, e, sinceramente, sem perspectivas de médio prazo para se avançar.

Para nós do Iepha/MG, que trabalhamos no estado como um todo, a descentralização quer dizer também municipalização, o que também é um desafio enorme, considerando as tão diversas realidades sociais, econômicas, políticas e mesmo culturais e simbólicas dos territórios.

Como fazer uma política cultural que contemple toda essa diversidade e multiplicidade? E, por outro lado, como reconhecer as diversidades, ao mesmo tempo que se fortalecem as identidades? Como entender e respeitar as mudanças e permanências, as diferentes concepções de mundo e as diferentes demandas que estão postas pela sociedade como um todo? Essas questões levam ainda a muitos outros desafios que devem ser considerados...

Falta também intersetorialidade nas políticas culturais, que, isoladamente, não conseguem atingir o plano do cotidiano. Entendemos – e isso está expresso inclusive na nova versão da Agenda 21 da Cultura – que a cultura deve funcionar como articuladora de programas de outras áreas, especialmente da educação, do meio ambiente, do patrimônio, da assistência social etc.

A precariedade das instâncias de participação também deve ser enfrentada, especialmente pensando no necessário compartilhamento da tomada de decisões na gestão cultural, entre Estado e sociedade civil, produtores e gestores privados, empresas patrocinadoras e seus públicos, enfim, em diálogo contínuo, dividindo responsabilidades e compromissos.

E, por fim, há os variados desafios no campo da produção de informações na área cultural. Este é grande, porque as políticas públicas de cultura ainda não contam com instrumentos eficazes de informação, monitoramento e avaliação de seus resultados e impactos. Falta, de fato, um sistema de informações e indicadores culturais, integrado e atualizado. Nos últimos 20 anos, esta foi a minha batalha e busca, contribuindo, quando pude e como pude, tanto em âmbito municipal quanto estadual. Ao fim, frustrada com a falta de efetividade das propostas, me limitei a atuar no âmbito da sociedade civil, no Favela é Isso Aí, e junto ao Programa Lumes, de extensão universitária.

Para terminar, gostaria de lembrar a necessidade de avançar em todos os elementos de um verdadeiro sistema de informações e indicadores culturais, destacando: i) a produção dos mapas, com lançamento georreferenciado dos equipamentos, manifestações e agentes culturais, pois é muito necessário dar visibilidade para artistas, grupos e espaços de cultura; ii) a elaboração de diagnósticos participativos, para, junto com os diversos atores sociais, entender as demandas, as realidades, os pontos de vista de cada grupo que convive na cidade, construindo rumos para as políticas públicas; iii) a criação de indicadores que permitam monitorar estas mesmas políticas públicas e seus rumos, avanços e prioridades; e, por fim, iv) avançar naquilo que ainda não se faz, que ainda não conseguimos tangenciar – aqui e em praticamente todo o mundo: as avaliações de impactos.

De fato, temos muito recurso investido em cultura (por mais que as demandas sejam ainda maiores), mas não sabemos quais as transformações que esses recursos têm propiciado, quais suas contribuições para uma efetiva mudança no campo das artes e da produção cultural e, por consequência, dos avanços e possibilidades de melhoria dos próprios territórios e dos sujeitos que aí habitam. Esse é mais um dos grandes desafios, e espero que todos, juntos, tenhamos fôlego para enfrentá-lo.

Referências

LIBÂNIO, Clarice A. *Guia Cultural das Vilas e Favelas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2004.

LIBÂNIO, Clarice A. *Reinventando o urbano: práticas culturais nas periferias e direito à cidade*. Orientador: Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór. 2017. 324 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Produção e Experiência do Espaço) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOJA, Edward. *Postmetropolis*. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.